

Foto: Lewi Moraes



Após a aprovação da Lei por aclamação, o plenário cantou junto o Hino Nacional, enquanto os parlamentares discursavam

Agora é lei!

Alerj aprova projeto da deputada Solange Amaral que torna o Saneamento de competência exclusiva e intransferível do Estado. Lei 173/99 só depende de sanção de Garotinho

Art. 1º Para efeito do disposto no inciso IX do artigo 73 da Constituição Estadual, fica estabelecido como competência exclusiva e responsabilidade intransferível do Estado do Rio de Janeiro a execução dos serviços de Saneamento Básico, abastecimento e distribuição de água potável e esgotamento sanitário; respeitados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, ficando ainda, nestes casos, a obrigato-

riedade destes serviços serem explorados diretamente por empresa pública municipal.

& 1º - O disposto neste artigo será exercido privativamente pela CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos, criada pelo Decreto n.º 168/75, nas regiões onde haja sistemas integrados de água e de esgoto sanitário.

& 2º - Os Municípios que não estejam

contidos nos sistemas integrados de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderão ser atendidos pela CEDAE, ou, por delegação, continuar operando tais serviços, observadas as diretrizes instituídas pelos incisos VI e IX do art. 73 da Constituição Estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Páginas 4 e 5

Jornal da ASEAC
ASEACAssociação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAERua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240 / Telefax: 253-7482
Home Page: aseac.com.br
E-mail: aseac1@ism.com.br**DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor Presidente
Dario Mondego

Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva

Diretor Administrativo
Júlio César de O. Antunes

Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha

Diretor Técnico
Márcio de Melo Rocha

Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo

Diretor Representante dos Aposentados
Walcyr Goulart Mariosa

Diretor Adjunto
João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores

Sérgio Rego Rodrigues

Advogados

Sueli Kolling Turano

Analistas de Sistemas

César Lima da Graça

Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Aposentados

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Peixoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

Contadores

Sérgio Pereira

Demais Categorias

Evandro Rodrigues de Brito

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
Bittencourt de Oliveira, Emy
Guimarães de Lemos, João Carlos do
Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
Santo, Carlos Henrique Soares de
Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
Alberto Burd e Gerson Pereira L.
Nascimento. **Suplentes:** Antônio
Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-5930/524-0890

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração Eletrônica
Planin Assessoria de Comunicação

Edição agosto de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares

Outra festa com sabor de vitória

Fotos: Lewi Moraes



O deputado Paulo Ramos recebeu o título de Amigo do Saneamento

A festa de comemoração dos 19 anos da ASEAC, realizada no último dia 30 de agosto, marcou um momento histórico para a Associação, desde que esta assumiu um papel político mais forte em defesa do Saneamento Público. O tema maior da festa foi a importância de se lutar contra o projeto neoliberal do governo FHC, que exige a privatização dos serviços de Saneamento em todo o país. Outro destaque foi a homenagem feita pela ASEAC à Assembléia Legislativa do Estado - Alerj - que assumiu como sua a luta para preservar a CEDAE como gestora do Saneamento no Rio de Janeiro.

Como não podia homenagear a todos os deputados, a Associação escolheu para representá-los os deputados Paulo Ramos, do PDT; Henry Charles, líder do PMDB na Alerj; Edmilson Valentim (PC do B); e Solange Amaral (PFL), além de Nilton Salomão (PSB) e da ex-deputada Lúcia Souto (PPS), que se destacou na luta em defesa da CEDAE no ano passado, quando fez o primeiro projeto de lei que retirou a empresa do Programa Estadual de Desestatização - PED.

Os deputados Edmilson Valentim (PC do B) e Solange Amaral (PFL) não puderam comparecer, mas mandaram representantes. Já Henry

Charles e Paulo Ramos receberam a homenagem pessoalmente, destacando a importância social do Saneamento e o risco da privatização dos serviços de Saneamento para as populações mais pobres. Também o advogado e jurista Marcelo Cerqueira recebeu uma homenagem pelos serviços que vem prestando na luta contra a privatização do Setor.

O presidente da CEDAE, Alberto Mendes Gomes, e os diretores Luís Fernando Couto, da área Administrativa, e de Esgotos, Evandro de Brito, participaram da solenidade. Após a entrega dos prêmios, o engenheiro Clóvis Nascimento descerrou a placa em homenagem ao segundo mandato da gestão de Dario Mondego. Na ocasião, o engenheiro da CE-

DAE destacou que os últimos cinco anos foram os mais difíceis de toda a história da ASEAC, que teve a sorte de contar com o "guerreiro" Dario Mondego à frente da Entidade:

"Gostaria de aproveitar a data de hoje, quando comemoramos o aniversário da ASEAC, para homenagear, na figura do guerreiro Dario Mondego, a todos os técnicos que lutam contra a privatização do Saneamento brasileiro. A CEDAE se tornou um símbolo dessa luta, pois se ela for privatizada, não tenho dúvidas, todas as outras empresas públicas do Setor também serão, por efeito dominó. Daí, a importância de guerreiros como o Dario!", finalizou Clóvis.



O deputado Henry Charles, presidente da CPI da CEDAE na Alerj também foi homenageado

Nova logomarca: um símbolo de luta

A cerimônia que comemorou os 19 anos de fundação da ASEAC não foi apenas política. Durante o evento, foram entregues os prêmios aos vencedores do Concurso de Logomarcas, instituído pela Associação para confeccionar a sua bandeira - um marco da Luta que vem sendo travada contra a proposta de privatização dos serviços de Saneamento.

O primeiro lugar ficou para o técnico de eletromecânica do Centro de Controle Operacional do Guandu, Roberto Vianna Arouca, que vai aproveitar para fazer uma segunda "Lua de Mel" com a esposa, Leila. Roberto recebeu como prêmio um fim de semana

no hotel Porto Belo (Angra dos Reis), com direito a acompanhante e refeições completas.

Seu trabalho, considerado o mais criativo pelo júri do concurso, foi desenvolvido a partir da inicial "A" da sigla ASEAC, para formar, com traços e curvas leves, uma figura abstrata, em várias tonalidades de azul, com características modernas, que seguem a tendência global da maioria das logomarcas mais consagradas do mercado", explicou. O azul, evidentemente, foi escolhido para passar a idéia da água.

Formado em engenharia elétrica pelo CEFET, ele já vestiu a camisa da Empresa, onde está há seis anos: "Na CEDAE, a gente trabalha com mais satis-



Roberto Arouca é técnico do CCO/Guandu

fação, principalmente no meu caso, sabendo que estou na maior estação de tratamento de água do mundo - a ETA do Guandu. Esperamos que, com a força política que a ASEAC adquiriu, possamos vencer esta batalha pela preservação da CEDAE pública e eficiente, pois isso é um direito do povo", concluiu.

Uma atitude insolente

“A verdade é filha do tempo e não da autoridade”

Bertoldt Brecht

A Aseac não pode silenciar diante da atrocidade cometida pela diretoria da Cedae. Ao mesmo tempo em que faz retaliação aos empregados ocupantes do cargo de administrador, faz dos trabalhadores com o final de matrícula de quatro (4) a nove (9) *uma massa de manobra*.

A lei é o manto da ordem, da disciplina, do respeito, enfim, do comportamento lícito na sociedade. Ninguém, num estado de direito, pode desprezá-la. O direito de cada um se encerra no início do direito de seu semelhante. Somente o Judiciário, em suas instâncias, tem o poder de julgar qualquer litígio. Até mesmo aquilo que possa nos parecer imoral ou espúrio, após a sentença final da Justiça, irrecorrível, torna-se legal e indiscutível, uma vez que se esgotam as instâncias de julgamento. É leviano aquele que contesta uma decisão da Justiça ou suscetível de prisão quem resistir ao seu cumprimento, com exceção das autoridades que, por lei, têm a prerrogativa de julgamento especial.

Os empregados da Cedae, ao serem relacionados em processos de litígio trabalhista pelos seus sindicatos, não podem ser acusados como responsáveis pelos pleitos. Os sindicatos têm a legitimidade e a representatividade para atuarem em defesa dos interesses comuns das categorias.

É o caso do Sindicato dos Administradores, que foi ao Judiciário reclamar as perdas salariais de seus filiados, causadas pelos planos econômicos do governo federal **Verão** e **Bresser**. O mesmo fizeram os Sindicatos dos Urbanitários, dos Engenheiros no Estado do Rio e os que representam a categoria em Campos e Niterói, todos agasalhando as categorias profissionais existentes na Cedae.

Inadmissível responsabilizar cada um dos empregados constantes daqueles processos pelas decisões da Justiça.

É importante, também, esclarecer que aquele tipo de pleito não era contra a Cedae. Ela fora citada e tornou-se reclamada porque é a empregadora e, portanto, o órgão responsável pelo pagamento dos salários, através dos quais seria possível reparar as perdas, se o mérito da questão viesse a ser julgado favoravelmente aos sindicatos. Cabia à direção da Cedae, como coube, comparecer em juízo para se defender, isto é, provar que cumpria a lei federal e que, enquanto esta legislação não fosse revogada, não lhe competia, isoladamente, desobedecê-la. Entretanto, houve um lamentável e inexplicável fato: a direção da Cedae abandonou a defesa no Judiciário, lá não comparecendo. Transcorreram os anos e, no Judiciário, ainda permanecem três processos dos sindicatos, sendo dois dos Urbanitários, que, respectivamente, reclamam planos **Bresser/Verão** (processo 1.200/92 - 23ª J CJ) e Abono GERJ de 65% (processo 1.427/92 - 7ª J CJ), e o do Sindicato dos Administradores - planos **Bresser/Verão** (processo 1.750/90 - 23ª J CJ), ora em fase de execução. Os demais processos, dos Urbanitários (nº 1.220/89 e 1.652/89); dos Engenheiros (nº 2.607/89) e de Niterói (nº 873/89), reclamando planos **Verão** ou **Bresser**, estão encerrados.

MASSA DE MANOBRA

Na execução do processo dos administradores, que contou, é bom lembrar, com a aprovação dos cálculos pela direção da Cedae, o Excelentíssimo Senhor Juiz, através de mandato de penhora, transferiu da conta-corrente

da Cedae, junto ao BANERJ, para a conta específica do Juízo, a importância correspondente ao valor das indenizações (R\$ 6,66 milhões).

A direção da Cedae, segundo informações que nos chegaram, fora notificada antes sobre a penhora e subestimou o fato, não apresentando, em Juízo, a possibilidade de penhora de bens em valor compatível com o valor do processo.

Diz a direção da Cedae que a importância bloqueada pela Justiça destinava-se ao pagamento do pessoal dos três últimos grupos de matrícula. Com essa informação, adiou “sine die” o pagamento do pessoal por falta de recursos. Tentou, ainda, sensibilizar o Exmo. Sr. Juiz, o que não conseguiu. Foi ao Tribunal buscar solução, e nada obteve até agora. Os empregados continuam sem o seu pagamento mensal vencido até hoje (08/09/99), que tem prazo limite legal para ser efetuado até o 5º dia útil do mês seguinte ao do vencimento.

Não se justifica o não pagamento do pessoal até hoje. É uma dissimulação, pois a Cedae não está em insolvência. Arrecada, diariamente, valores que, em um mês, variam de R\$ 70 milhões a R\$ 80 milhões. O pagamento de pessoal é prioritário entre os credores. Pior: de acordo com o balanço patrimonial referente ao exercício de 1998, a Cedae dispõe de provisões para contingências no valor total de R\$ 179,92 milhões, que nas notas explicativas, assim descreve na quinta folha:

“A Companhia possui processos de contencioso trabalhista e cível em andamento. A administração da Companhia, amparada na avaliação desses processos efetuada pela sua diretoria jurídica e seus consultores jurídicos externos, julgou a constituição de uma provisão para contingência no valor de R\$ 179,92 milhões, suficiente para resguardar a Companhia de eventuais perdas financeiras e preservar seu patrimônio. Face às perspectivas de realização das sentenças sobre os referidos processos, R\$ 7,62 milhões estão apresentados como passivo circulante e R\$ 172,29 milhões como exigível a longo prazo”.

Por que a Cedae não cumpre o que dispõe seu balanço patrimonial, na forma da lei, em vez de ficar com essa chorumela? O passivo circulante cobre os R\$ 6,66 milhões bloqueados pela Justiça. Não vê que esta atitude está prejudicando a própria Companhia? Que está reacendendo as opiniões de que deve a Cedae ser privatizada por que é inviável, quando, ao contrário, o que está havendo é uma incapacidade de seus gestores? ... E ela continua resistindo!

A RETALIAÇÃO

Onde está a responsabilidade dos empregados ocupantes de cargos de administrador,

listados no processo trabalhista do Sindicato dos Administradores - ajuizado na busca de perdas salariais, em 1990, como o fizeram os demais sindicatos representantes das categorias profissionais empregadas na Cedae? Por que tanto rancor contra esses 24 empregados listados - na realidade, somente 11 estão ainda na ativa? Por que tanto constrangimento a essas pessoas? Elas não têm culpa, assim como também não têm os empregados que, hoje, ocupam o cargo de diretor da Cedae e que estão, também, listados no processo da ação movida pelo Sindicato dos Urbanitários para devolução do abono de 65%/GERJ, em tramitação na Justiça. Tal processo poderá somar um total superior a R\$ 100 milhões.

A diretoria da Cedae julgou a questão irrefletidamente ou imprudentemente, isto é, fora da razão.

Não se satisfaz com a nota publicada na mídia, na qual deu conotação de responsabilidade aos administradores. Foi mais longe: fez divulgar em todas as dependências da Cedae a lista com o nome e o valor da indenização de cada integrante da ação, gerando um insuportável constrangimento. Qualquer leigo sabe que isso é ilegal. Há na Cedae hoje, entre essas pessoas, um brutal sentimento

de insegurança, uma vez que o comunicado da empresa deu ênfase ao valor da indenização de cada um, expondo todos a grandes riscos, devido aos altos índices de violência registrados.

Isoladamente, o presidente da Cedae, fez, por três dias consecutivos (sábado, domingo e segunda-feira últimos), ao vivo, pelo sistema de rádio da Companhia, em todas as suas faixas, pronunciamentos agravando a situação desses administradores que, hoje, se sentem desmoralizados. Pior: a atitude da direção da Cedae disseminou a discórdia entre cerca de seis mil empregados e os 11 administradores. Isto é uma irresponsabilidade. Como se tal absurdo não bastasse, a direção da empresa ainda determinou a exoneração dos administradores que ocupam cargos de chefia

Meus colegas, não dá para acreditar! Toda essa truculência aconteceu por conta de um pressuposto, de uma hipótese, já que nenhum desses colegas recebeu um centavo e nem sabe se virá a receber, pois, apesar da penhora de R\$ 6,66 milhões na conta-corrente da Cedae, de repente, tudo pode ser anulado. Não se sabe se ainda não cabe recurso para a Cedae! Mas os administradores já estão pagando caro por uma suposição.

ALGUMAS CONTRADIÇÕES

Todas essas sandices são inéditas. Isoladamente, já tivemos alguns casos esporádicos, logo repudiados. Nunca, antes, se listou e divulgou nomes de empregados in-

tegrantes de ações trabalhistas com os respectivos valores calculados como indenização. Há 30 dias ou um pouco mais, um engenheiro aposentado conseguiu, através de uma ação contra a Cedae, que também fosse exarado um Mandado de Penhora, tendo sido sacado pela Justiça, a *pequena importância* de R\$ 1,6 milhão. A diretoria, não sei por que razão, não divulgou o caso em todas as dependências da Cedae, o nome do empregado e o valor da indenização, como fez agora com os administradores!

Há na Justiça cerca de 2.500 ações trabalhistas contra a Cedae. Pressupõe-se que os empregados pretendem, com essas ações, buscar a reparação da violação de seus direitos trabalhistas. Em vez de agir com base em hipóteses, punindo, desmoralizando e criando discórdia entre os empregados, por que não foram apuradas as causas que motivaram aquelas ações, bem como a responsabilidade dos gerentes (se omissos ou negligentes) em cada caso?

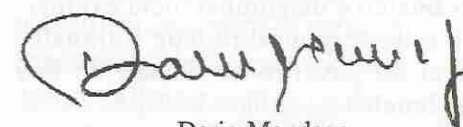
Por que os ocupantes de cargo de chefia que hoje estão em litígio contra a Companhia no Judiciário também não foram exonerados? Inadmissivelmente, só os administradores, isoladamente, mereceram a pena.

Por que não se estanca, imediatamente, a gestão improvisada, incompetente e irresponsável que tanto mal tem ocasionado à Cedae, como instituição, e aos usuários, tendo em vista a sofríveis eficácia e eficiência obtidas pelos atuais gestores?

CONCLUSÃO

A Cedae é um instrumento importantíssimo da gestão pública do saneamento básico, de competência estadual e intransferível, que vem, há alguns governos, sendo mal dirigida. No último governo, foi intencionalmente sucateada, intencionalmente.

Na Cedae, sempre atuaram muitas personalidades brasileiras do setor de Saneamento Básico, com padrão internacional, quer em cargos de direção propriamente ditos, quer na área de tecnologia de exportação para países da América Latina. Toda essa bagagem acumulada, de que nos valemos para defender a Cedae como empresa pública, veio da pesquisa, da criatividade, da dedicação exclusiva, do senso de homens públicos, do esmero de sua atuação, da coerência, do equilíbrio emocional, enfim, de sanitaristas autênticos e capazes, que lutaram com bravura sem que lhes fossem dadas condições tecnológicas ou recursos financeiros adequados ou necessários. Eram uns abnegados profissionais. Urge uma reformulação e reposições nos quadros de pessoal da Companhia. Aquele período áureo de outrora vem se perdendo a cada dia. Não há repasse daquela bagagem. Reflete-se essa acertiva na gestão da Cedae nos últimos anos. Continuamos na defesa da empresa com toda a convicção, mas não é por isso que devemos aceitar as mazelas nela existentes. Não vamos esconder a ineficácia e a ineficiência que deterioram a qualidade de seus serviços e, conseqüentemente, têm prejudicado a sociedade usuária.



Dario Mondego
Presidente

Fotos: Lewi Moraes



Trabalhadores lotam as galerias cantando o Hino Nacional em protesto contra a política neoliberal, que quer transformar água em mera mercadoria



Lei garante os direitos da população

Deputados põem questões partidárias de lado, em nome dos interesses da sociedade: Abastecimento de água e serviços de esgoto agora são prerrogativas do setor público

O último dia 18 de agosto foi um dia de emoções fortes para a população fluminense, trabalhadores da CEDAE e instituições da sociedade, que contestam a privatização da Empresa. Este dia, com certeza, vai ficar registrado na história do Saneamento, como uma data especial. Data em que as questões partidárias menores foram deixadas de lado e praticamente todos os partidos políticos do Estado se uniram para aprovar por aclamação o projeto de lei 173/99, de autoria da deputada Solange Amaral, do PFL - que impede a privatização do Saneamento no Rio de Janeiro.

Segundo a parlamentar, o projeto de lei tem uma força imensa, pois regulamentará um artigo da Constituição Estadual, estabelecendo que a execução das atividades de Saneamento Básico é de competência exclusiva e de responsabilidade intransferível do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Apresentado ao plenário pela pri-

meira vez no último dia 3 de agosto, o projeto sofreu uma emenda e saiu de pauta. Naquele mesmo dia, no entanto, ficou decidido pelo presidente da Alerj, Sérgio Cabral, que o projeto seria votado em regime de urgência. Nos dias subsequentes, o projeto recebeu novas emendas até que todas foram transformadas em um substitutivo pela Comissão de Constituição e Justiça.

Aprovação por aclamação

As galerias estavam lotadas, quando, por volta das 18 horas, foi iniciada a votação, que sofreu um atraso pois as lideranças dos diversos partidos, mesmo na última hora, ainda discutiam entre si uma redação que tornasse a lei o menos vulnerável possível. Naquele momento, foi fundamental a participação de técnicos da CEDAE e da diretoria da ASEAC, que assessoraram os parlamentares. Presentes à votação estavam 47 deputados, todos unidos no propósito de defender a CEDAE

enquanto empresa pública.

O deputado Sivuca, relator do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, iniciou a sessão, apresentando o substitutivo que teve entre seus objetivos preservar a CEDAE. Após a leitura do deputado Sivuca, vários outros parlamentares pediram a palavra, defendendo a importância de se manter a CEDAE como empresa pública e o apoio da Alerj à não privatização da Empresa. Apoio este que se iniciou no final do ano passado, quando a Alerj votou uma lei que retirou a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED - e se concretizou, de uma vez por todas, em junho passado, com a criação da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE Pública. A aprovação, por aclamação, do projeto de lei da deputada Solange Amaral é mais uma prova incontestável de que os parlamentares do Rio de Janeiro representam hoje uma vanguarda política do pensamento nacional - que através das pesquisas de opinião

vem demonstrando ser contra a política neoliberal e entreguista imposta pelo governo FHC.

Ainda no dia da votação, quando o deputado Sérgio Cabral decidiu que o painel seria desligado (não havia necessidade de voto individual), pois o projeto seria votado por aclamação, as galerias quase explodiram de tanta alegria e felicidade. A seguir, vários parlamentares ainda discursaram, fazendo questão de declarar seus votos contrários à privatização dos serviços de Saneamento e favoráveis à preservação da CEDAE pública.

O clima de emoção cresceu e chegou ao auge no momento em que os deputados discursavam e as galerias cantavam, ao fundo, o Hino Nacional. Mas como emoção não tem medida, uma deputada pegou o microfone e, lembrando a música "P'ra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, cantou: "Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...!"

Alerj sai na vanguarda em defesa do Saneamento como fator de saúde pública

Foto: Lewi Moraes

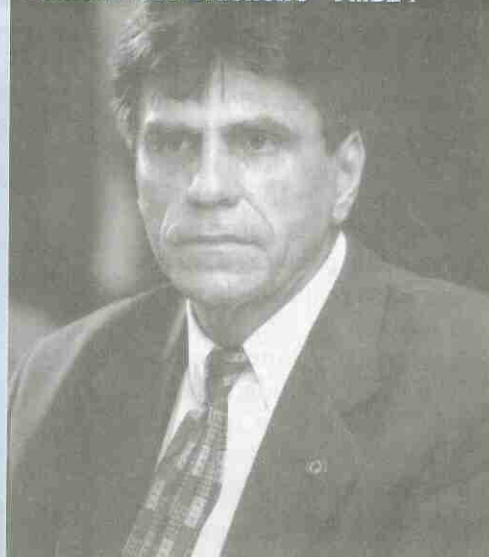
Deputada Solange Amaral, líder do Partido da Frente Liberal - PFL



Fazer Saneamento é uma ação de Saúde Pública. Portanto, não pode ser entregue à iniciativa privada, que tem por objetivo o lucro financeiro. Os serviços de Saneamento Básico devem obrigatoriamente ser prestados pelo Estado. A política de privatização do Saneamento prejudica a todos, principalmente a população mais pobre, que não tem água correndo em suas torneiras, mas sim, valas negras correndo em suas portas. Hoje, a CEDAE precisa receber recursos para poder cumprir a sua tarefa de universalizar os serviços de Saneamento no Estado, levando água de boa qualidade, coleta e tratamento de esgotos a toda a população.

Foto: Lewi Moraes

Deputado Henry Charles - líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB



Pelo fato de ser médico, eleito por um município carente de Saneamento Básico, como São Gonçalo, vejo muito mais o lado social da questão. Principalmente nas comunidades carentes, onde as dificuldades financeiras são grandes e as doenças de veiculação hídrica se disseminam muito mais. Tenho certeza de que com a preservação da CEDAE sob gestão pública, será possível manter estes serviços funcionando para atender a esta camada da população e, ao mesmo tempo, permitir a sua ampliação, de modo a levar o Saneamento àqueles que podem pagar pelo abastecimento, coleta e tratamento de esgotos sanitários.

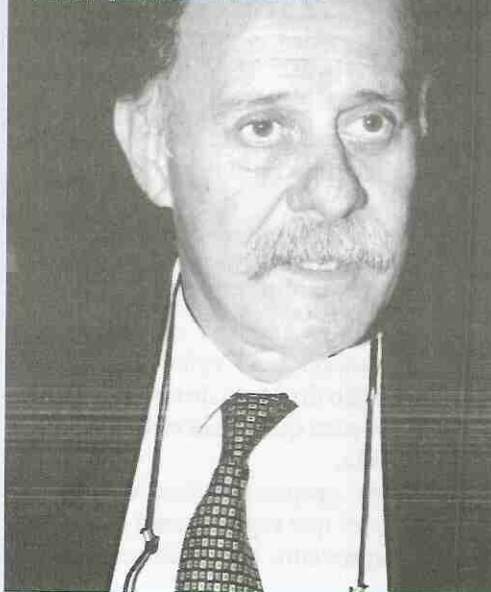
Saneamento

“Quem sabe faz a hora...”

A Aseac concorda que “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Por isso, resolveu homenagear neste jornal os parlamentares que vêm lutando pelo Saneamento Público. Como não há espaço para homenagear a todos, escolheu as lideranças partidárias, que mais têm lutado pela questão, e o deputado Paulo Ramos - presidente da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE Pública e Eficiente. É preciso ficar registrado que com a escolha desses nomes, a ASEAC quer homenagear a coragem e o desprendimento de cada um dos deputados fluminenses, que compõem a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - que assumiram um posicionamento de vanguarda nacional, dizendo não à política neoliberal do governo FHC.

Foto: Arquivo

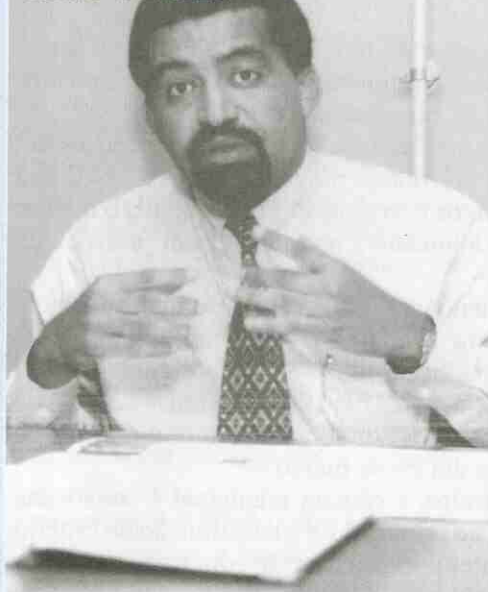
Deputado Paulo Ramos - presidente da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE pública e eficiente



Na época da Constituinte, certo dia, encontrei o então Senador FHC nos corredores do Congresso, tentando reunir público para a palestra de um chileno, opositor ao presidente Pinochet. Valdez, hoje Chanceler do Chile, falou sobre o neoliberalismo que, em seu país, estava transferindo todo o patrimônio nacional para o capital internacional, inclusive a distribuição de água. Os prejuízos foram tão grandes que, a partir dali, nem em 100 anos, o povo chileno conseguiria equilibrar sua economia. E disse uma frase, que me lembro quando penso na privatização da CEDAE: “Não existe pátria, sem patrimônio”.

Foto: Arquivo

Deputado Edmilson Valentim, líder do Partido Comunista do Brasil - PC do B



Enquanto o neoliberalismo apregoa uma visão financeira dos problemas do país e tenta avançar sobre o Saneamento, querendo privatizá-lo, cada vez mais tenho a certeza de que não pode haver outra perspectiva para o setor que não a da saúde pública, responsabilidade do Poder Público. As pessoas podem ficar de mal humor, porque não têm telefone, ou viver mal, porque lhes falta energia elétrica. Mas, não podem viver sem Saneamento. Nosso desafio hoje é resistir a esta visão deturpada de mundo. Precisamos demonstrar que o setor público tem capacidade de viabilizar o Saneamento Básico, resolvendo os déficits de Saneamento que tantos males trazem à nossa população.

Privatização em "Xeque"

Multinacional vai com sede ao pote e aumenta tarifas em até 6.000%

O prefeito de Nova Friburgo, Paulo Azevedo, deve estar vivendo um verdadeiro inferno astral, depois que a população do município resolveu se rebelar contra o aumento de até 6.000% nas contas de água, um mês depois que os serviços foram transferidos à concessionária privada CAENF, formada pela multinacional norte-americana Tyco e pela Multiservice. Um protesto de mais de três horas, no último dia 20 de agosto, levou cerca de 10 mil pessoas às ruas do centro da cidade, que participaram do Ato Público "Acorda Friburgo", obrigando o prefeito a rever a sua posição e reduzir o reajuste absurdo para um aumento de 30% - menor, mas não menos absurdo.

O protesto demonstrou o repúdio da população à política tarifária imposta pela CAENF e contou com a presença de entidades de classe, estudantes, associações de moradores, políticos, sindicatos e população, de forma geral. O ponto alto da manifestação foi quando a multidão invadiu a Praça Demerval Barbosa Moreira e, de lá, marchou até a sede da prefeitura, cantando o hino nacional por todo o trajeto da Avenida Alberto Braune, a principal de Friburgo. Um "Judas" do pre-

feito Paulo Azevedo foi malhado e incinerado sobre um caixão. A repulsa foi estendida ao bloco de 15 vereadores que apoiam o governo na Câmara. Com palavras de ordem pedindo a renúncia do prefeito e o fim da concessão dos serviços de Saneamento à CAENF, a multidão "deu de cara" com a sede municipal fechada e vigiada por um cordão de mais de 30 homens da Guarda Municipal.

A retomada da AMAE

Durante a manifestação, os deputados Carlos Santana (PT), Nilton Salomão (PSB) e Paulo Ramos (PDT) defenderam a retomada da Autarquia Municipal de Águas e Esgotos - AMAE -, apoiados pelo ex-Superintendente da Autarquia, Hélio Gonçalves Corrêa (PFL); a médica ex-candidata a prefeitura, Saudade Braga (PSB); e o Agente de Desenvolvimento Regional do governo do Estado, Re-

Fotos: Divulgação



Os aumentos absurdos ocorridos após a transferência do Saneamento ao setor privado em Friburgo vem servindo de alerta a outras cidades do País



O protesto dos consumidores ganhou as ruas

nato Abi Râmia (PDT). Choveram denúncias sobre o favorecimento da CAENF, durante a

licitação para a concessão dos serviços de Saneamento. A principal delas foi a de

que um dos atuais diretores administrativos da empresa privada, Paulo Fernando Pinho, era no ano passado, um dos diretores da Empresa de Consultoria Tempo, contratada pela prefeitura para realizar um cadastramento da população, com vistas a privatização da AMAE.

Armando a negociata

• A autarquia municipal de Águas e Esgotos - AMAE - contrata com recursos próprios a Tecnosolo Engenharia, para fazer a modelagem da privatização e elaborar um Plano Diretor para o abastecimento de água e outro para o esgotamento sanitário do município.

• Mediante licitação por Carta Convite, a AMAE também contrata os serviços de Consultoria da Empresa Tempo - Arquitetura, Assessoria de Construções Ltda, para a elaboração do Edital da privatização.

• Em 22 de junho de 98, a Prefeitura publica uma justificativa da concessão, onde tenta demonstrar, sem conseguir convencer ninguém, que a AMAE não possui condições de fazer os investimentos necessários. Portanto, diz, o melhor é entregar os serviços de Saneamento à iniciativa privada por um prazo de 25 anos, renováveis pelo mesmo período.

• Em 3 de novembro, realiza sem qualquer divulgação uma única audiência pública, apenas para cumprir a exigência legal.

• Na véspera de Natal, a Prefeitura publica o Aviso de Concorrência Pública n.º 002/98 cuja realização estava prevista para o dia 12 de fevereiro, véspera de Carnaval. Mas, devido a falhas gritantes do Edital, a Prefeitura é obrigada a refazê-lo e adiar a concorrência para o dia 29 de março.

• Nesse meio tempo, em 4 de fevereiro, a câmara municipal é convocada para alterar a lei n.º 2.929/97. A alteração principal foi a substituição do critério de julgamento da concorrência, que antes previa a decisão com base "no maior pagamento pela outorga", substituindo-o para o de "melhor técnica e preço".

Esta alteração faz com que o quesito melhor técnica, de avaliação subjetiva, passe a ter peso decisivo de 80%, facilitando o direcionamento da licitação.

• Ignorando as diversas ações na justiça contra o processo irregular, a prefeitura realiza a licitação na data marcada e, em 1º de junho, assina o contrato de concessão com a CAENF - empresa criada pelo consórcio vencedor, do qual faz parte a multinacional norte-americana Tyco e a empresa Multiservice.

A maracutaia passo a passo

• Logo depois de eleito, o prefeito transformou a empresa de Saneamento em autarquia, com quase nenhuma autonomia administrativa e econômico-financeira;

• A seguir, solicita licença à Câmara dos Vereadores e licencia-se para uma viagem ao exterior. Na volta, anuncia que obteve R\$ 140 milhões para investir no município.

• Em agosto de 97, através de um processo de aliciamento e cooptação dos vereadores, amplia a sua bancada de apoio, alterando a Lei Orgânica do Município em dois pontos essenciais. São eles: ampliação do prazo de concessões de serviços públicos de 10 para 25 anos e permissão para que os serviços de Saneamento possam ser concedidos à iniciativa privada;

• Ainda com apoio da maioria dos vereadores, propõe que seja votado em regime de urgência-urgentíssima um projeto de lei que regulamenta a concessão do serviço de Saneamento. O projeto foi aprovado, sem maiores discussões, em menos de duas horas.

Uma nova Friburgo à vista

Termos do contrato da Prefeitura Municipal com a concessionária privada Águas de Niterói revela "um negócio de arrepiar os cabelos"

"O custo do metro cúbico da água para a CEDAE é de R\$ 0,60, mas o prefeito Jorge Roberto Silveira decidiu que a empresa Águas de Niterói só vai pagar R\$ 0,14 à CEDAE."

Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o comprador pagou apenas 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou, antes, um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores.

Este texto foi extraído, na íntegra, do livro "O Brasil Privatizado", do jornalista Aloysio Biondi, e ao lê-lo a maior parte das pessoas deve pensar que este tipo de "negócio" não vai mais ocorrer no Estado do Rio de Janeiro, onde o governador foi eleito por uma coligação de esquerda, que envolve o Partido dos Trabalhadores (PT), de Luís Inácio da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola.

Não vai? Infelizmente, está é uma dúvida. Considerando-se que é pouco provável que o governador Anthony Garotinho esteja informado sobre o contrato que o pedetista Jorge Roberto da Silva, prefeito de Niterói, quer assinar com o consórcio privado Águas de Niterói para que este assumira os serviços de Saneamento do município. Sob a alegação de que a CEDAE não investe em Niterói (o que é uma inverdade, pois, nos últimos cinco anos, a CEDAE já investiu mais de R\$ 100 milhões no município), o prefeito Jorge Roberto resolveu fazer uma licitação que prevê um contrato que vai "arrepiar os cabelos de muita gente".

Entre os absurdos, definidos no documento, está o fato de que o governo do Estado - que reclama de falta de recursos para investir em políticas públicas - deverá, através da CEDAE, subsidiar a concessionária privada em cerca de R\$ 2.4 milhões/mês, durante os primeiros 18 meses do contrato - o que no final dá a "bagatela" de mais de R\$ 43 milhões.

Como vai ocorrer este subsídio?

Muito simples. Primeiro, Niterói recebe água - cerca de 2 m³/seg. - da Estação de Tratamento de Imunana-Laranjal (que fica localizada em São Gonçalo) e o custo (captação, transporte até a estação de tratamento, tratamento, bombeamento, produtos químicos e energia) do metro cúbico desta água para a CEDAE é de R\$ 0,60. Até aí não haveria nenhum problema, não fosse o fato de que o pre-

feito Jorge Roberto, do PDT, acertou com a empresa Águas de Niterói (item 11:13.1. do edital de Licitação) que ela só vai pagar pelo metro cúbico da água fornecido pela CEDAE R\$ 0,14. Ou seja, a diferença de R\$ 0,46 será paga pela CEDAE - cerca de R\$ 2,5 milhões/mês.

Calma!!! Na verdade, escrevemos uma inverdade. Este subsídio que o governador Anthony Garotinho deverá dar a empresa privada Águas de Niterói é bem maior, ultrapassa em muito o valor dos R\$ 43 milhões. Isto porque o pedetista Jorge Roberto da Silveira estabeleceu no Edital que a Empresa Águas de Niterói só pagará a CEDAE durante 18 meses 20% do arrecadado. Ao passo que a CEDAE pagará 100% do ICMS no faturamento total da água vendida àquela empresa.

Mas a questão não é apenas o subsídio do governo a uma empresa privada. O problema maior é que esta empresa - Águas de Niterói - acertou com o prefeito Jorge Roberto da Silveira, do PDT, que assim que os serviços de Saneamento do município forem repassados à iniciativa privada haverá um aumento geral das contas de água - que vai atingir a toda população.

Como o prefeito de Niterói acertou um aumento de até 50% nas contas d'água da população?

Simples!!! Está no contrato que assim que a concessionária privada assumir os serviços, serão alteradas as faixas de consumo e a tarifa mínima hoje de 15 m³ será reduzida para 10 m³. Ou seja, a população vai pagar por 10 m³ o mesmo valor que pagava por 15 m³, o que significa um aumento real de cerca de 50% sobre o valor cobrado hoje da conta mínima de toda a população. Como o contrato prevê também alteração nas outras faixas de consumo e considerando-se que a CEDAE cobra uma tarifa progressiva (punindo o desperdício), vamos ter para a classe média um aumento imediato mínimo de 30%.

Belo negócio acertado entre Jorge Roberto da Silveira e a empresa Águas de Niterói. O imposto, que deveria ser pago pela concessionária privada, é pago pela

CEDAE em 100%. Além disso, o estado ainda isenta do pagamento do ICMS, a concessionária privada. Quer dizer, dificilmente, o governador Garotinho vai conseguir resolver seus problemas de caixa se tiver de honrar os compromissos que Jorge Roberto fez com Marcello Alencar.

Na verdade, talvez haja um exagero em tudo isso, afinal, estamos falando de questões financeiras. E todos sabemos que o prefeito está preocupado com a questão social. Ou seja, com o atendimento à população.

Qual o artifício acertado entre Jorge Roberto da Silveira, do PDT, e a empresa Águas de Niterói, que pode colocar em risco o abastecimento da população mais pobre?

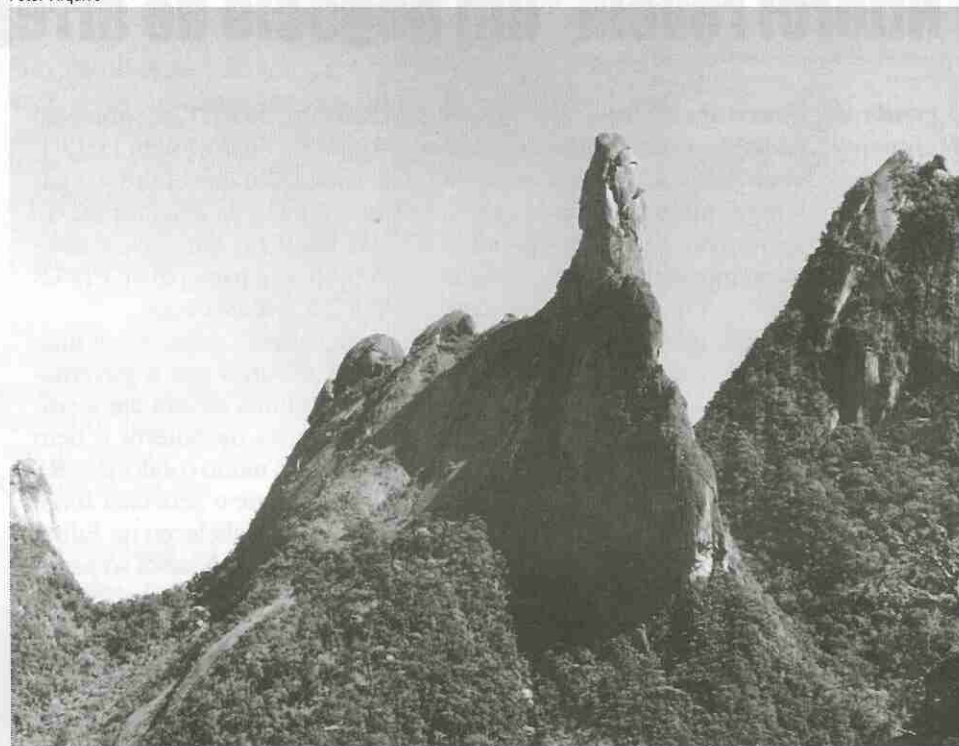
Elementar, meu caro Watson!!! O sistema de abastecimento de Imunana-Laranjal é interligado. E no convênio acertado entre a prefeitura e o ex-governador Marcello Alencar não está definido quantos metros cúbicos seriam fornecidos a Niterói. O edital de licitação diz apenas que a CEDAE é obrigada a fornecer o que for pedido pela empresa. Isto significa dizer que Águas de Niterói poderá pedir, por exemplo, mais um metro cúbico por segundo de água. Ou quem sabe, dois metros cúbicos a mais? Não importa, pois ocorrerá um desequilíbrio no abastecimento dos outros municípios atendidos pelo sistema (São Gonçalo e Itaboraí, além da Ilha de Paquetá), seja qual for a quantidade a mais fornecida a Niterói. E, é claro, nessa hipótese, as populações carentes serão as mais atingidas.

Hoje, a CEDAE exerce o papel de controladora de todo o sistema. Mas, considerando-se que a empresa privada tem por fim o lucro financeiro, há sérios riscos de que a população mais pobre venha a sofrer em algum momento de escassez, se a CEDAE tiver de cumprir este contrato que o pedetista Jorge Roberto da Silveira quer impor à CEDAE e ao governo do Estado. O detalhe é que o contrato é "rescaldo" do governo Marcello Alencar, que pertencia ao PSDB - mesmo partido do presidente FHC. Estranho, não?

População da cidade teme o “efeito Friburgo” se Prefeitura optar pela privatização

“Eu sou você amanhã”

Foto: Arquivo



Uma ação popular já garantiu a preservação do Saneamento Público, mas a prefeitura recorreu

A recente experiência vivida pela população de Friburgo que, após a privatização dos serviços de Saneamento, viu suas contas d'água subirem em até 6.000% - é isso mesmo, 6.000% - levou diversos vereadores de Teresópolis a reverem sua decisão em favor da privatização da CEDAE, aderindo ao movimento liderados por alguns políticos de oposição contrários à transferência dos serviços locais ao Município e ao setor privado.

Essa decisão foi reforçada pela decisão da Primeira Vara Cível de Teresópolis, que concedeu liminar à Ação Popular movida pelo presidente da Associação de Moradores do Bairro Quinta Lebrão, Carlos Ferreira da Silva, contra o Município, suspendendo o processo licitatório dos serviços de Saneamento local. A prefeitura recorreu da decisão e o caso está sendo julgado, agora, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Independente das questões jurídicas, a pressão da sociedade contra a privatização do setor na cidade serrana vem crescendo diariamente, consequência do verdadeiro pânico que tomou conta da população, após o movimento surgido na vizinha Friburgo contra a concessionária privada local. Na Câmara de Vereadores, uma Moção proposta pela vereadora Cláudia Lauand, do PSB local, solicitando ao executivo Municipal a renovação do convênio de concessão com a CEDAE, acaba de receber 14 votos favoráveis - nove de vereadores da oposição ao atual prefeito Mário Tricano e cinco de políticos que compõem a base de sustentação política do Chefe do Executivo. Para a vereadora, isso demonstra que a maioria dos parlamentares recuou de sua po-

sição original, diante dos fatos, e passou a defender a preservação do Saneamento Público na cidade.

- Sabemos que é um grande erro a privatização, mas não sabemos o que os demais correligionários do prefeito Mário Tricano vão fazer - disse a vereadora que acredita que todo o bloco de apoio ao prefeito tenderá a rever sua posição, principalmente depois do episódio de Friburgo, que confirmou o erro da privatização dos serviços de água e esgotos. Segundo ela, nos bastidores da Câmara e da Prefeitura, o que se comenta é que o próprio prefeito já está mudando o discurso e admite rever a posição inicial de municipalizar o Saneamento local.

- Meu grupo (nove dos 20 vereadores) é contra a privatização da CEDAE. Mas queremos que a Companhia, na qualidade de empresa públi-

ca responsável pelo Saneamento Básico, estenda os serviços às áreas ainda não atendidas, especialmente as mais carentes, porque onde a água chega o atendimento é bom - disse Cláudia Lauand. Para a vereadora, o incentivo contra a privatização da CEDAE em Teresópolis depende apenas de a Empresa atender àqueles que ainda não são abastecidos.

Ela admitiu que, na ocasião em que o contrato de concessão dado à CEDAE expirou, a Câmara deu, realmente, um cheque em branco ao Prefeito para ele resolver o problema, mas ninguém falou em privatização. De qualquer forma, ela afirmou que a Companhia sempre atuou de forma muito próxima aos vereadores locais. “Acredito que, embora a Câmara esteja dividida entre os grupos de oposição e situação, todos estão abertos para qualquer diálogo”, garantiu.

Moção defende um novo convênio com a CEDAE

A Moção da vereadora Cláudia Lauand, aprovada por 14 votos, defende a renovação do convênio entre a prefeitura de Teresópolis e a CEDAE, “para por um ponto final em tão discutido impasse e assegurar o emprego de tantos chefes de famílias, que formam o corpo funcional da Empresa”. A íntegra do documento é a seguinte:

“A CEDAE em Teresópolis tem resistido ao processo de privatização pelo qual vem passando aquela concessionária, considerando que este não é o melhor caminho para solucionar os problemas de abastecimento de água e dos esgotos da cidade. Ao contrário, seria mais um entrave no atendimento à população, principalmente às comunidades mais carentes, que normalmente se situam nas piores localidades, como os morros ou bairros na periferia mais distante, com população de baixo poder aquisitivo, não atendida por esses serviços, necessários à sua sobrevivência. Além disso, os funcionários daquela Empresa sentem-se frustrados e, de repente, desempregados. Assim, o melhor caminho para a solução do impasse seria a renovação da concessão à Empresa, que há tantos anos vem atendendo a nossa população.”



Foto: Divulgação

A vereadora Cláudia Lauand defende o Saneamento Público em Teresópolis